O Advento do Jornalismo Científico e a Prática da Irreflexão[1]

Liliane Bueno Souto Silva[2]
Universidade Federal de Goiás, UFG

RESUMO

Este texto trabalha a maneira com que o jornalismo desenvolve sua função de divulgação científica e questiona a prática da irreflexão observada nesse exercício. Para isso, utiliza-se a obra da filósofa Hannah Arendt acerca do julgamento de Eichmann e compara-se a conduta dos jornalistas científicos com a dos jornalistas políticos e econômicos em prol de uma maior reflexão e julgamento diante das informações advindas da comunidade científica.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo científico; reflexão; divulgação científica; ciência.

1. INTRODUÇÃO

O jornalismo científico nasceu na segunda década do século XX como consequência do crescimento do interesse público pelo assunto. Isso foi possível graças às descobertas técnico-científicas do período, destacando-se o desenvolvimento de armas para a Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Dessa maneira, as empresas jornalísticas, pela primeira vez, passaram a contratar profissionais especificamente para esta área.

A partir deste momento, os jornalistas assumiram a função de promover a divulgação científica, tornando as novidades da ciência conhecidas pela população, até então, distante da comunidade científica. Estes profissionais deveriam reproduzir o que acontecia nos grandes centros de produção de conhecimento, ainda concentrados nas universidades, de forma clara para os chamados leigos no assunto.

Este artigo propõe-se a tratar exatamente da maneira como essa divulgação é realizada, das dificuldades encontradas pelo jornalista científico para tornar o tema atrativo e das deficiências observadas nessas práticas. O trabalho também traz sugestões para que se melhore essa especialização jornalística a partir das críticas feitas à conduta observada atualmente.

Como embasamento teórico, utilizaremos o pensamento arendtiano expresso em duas obras da autora, sendo elas, respectivamente, *Eichmann em* Jerusalém(1999) e

[1] Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

[2] Estudante de Graduação 1° semestre do Curso de Jornalismo da FACOMB-UFG, email: lili_bss@hotmail.com

A Vida do Espírito(1999), tendo mais destaque para a primeira. Partiremos da análise que a autora faz sobre o julgamento de Eichmann, um dos subordinados de Adolf Hitler e participante da "solução final". Apesar da crueldade e violência dos atos cometidos, em momento algum ele colocava-se como assassino, justificando apenas ser um homem que atuava sob ordens. A partir disso, Hannah Arendt levantará uma discussão sobre o que ela chama de irreflexão e contestará os momentos em que muitos preferem simplesmente obedecer ao invés de refletir sobre o certo e o errado.

Em seguida, estabeleceremos uma comparação entre o jornalismo cientifico e os jornalismos político e econômico, tendo como referências as produções de Fabíola de Oliveira(2002) e de Martha San Juan França(2005). Descobriremos o que ainda afasta-os e se esse distanciamento é positivo ou negativo.

Ao final, entenderemos com a relação entre as obras de Hannah Arendt, o jornalismo científico e as demais especializações, até que ponto este profissional limita-se a apenas ser submisso à verdade científica ou se ele pratica o ato de refletir sobre aquilo que lhe é apresentado e deve reproduzir. Além disso, discutiremos como ele vê a si próprio em relação à responsabilidade pelas publicações, descobrindo se o jornalista atua como um ator ativo ou apenas como engrenagem de uma complexa máquina.

O objetivo deste trabalho é, portanto, levar os profissionais da comunicação na área da divulgação científica a refletirem sobre a importância do seu papel na sociedade e se eles têm desenvolvido essa missão com qualidade. Uma vez que, o mercado de trabalho exerce tal pressão sobre o jornalista que muitas vezes, até mesmo sem intenção, alguns valores são deixados de lado. Todavia, é importante lembrar que a credibilidade que legitima a profissão de jornalista advém exatamente destes valores.

2. O CASO EICHMANN

Em 1961, Hannah Arendt foi a Jerusalém para fazer a cobertura do julgamento de Adolf Eichmann enviada pela revista *The New Yorker*. Ele, que estava vivendo fora da Alemanha desde 1946, era muito esperado por todos para que fosse julgado pela violência e monstruosidade de seus atos.

Eichmann não tinha nenhuma origem que merecesse destaque ou que lhe desse prestígio. Nasceu em Solingen, na Alemanha e em novembro de 1932, juntou-se à organização de elite do partido nazista, a SS (Schutzstaffel). Ele era responsável por organizar a identificação e o transporte dos judeus para os campos de concentração e extermínio.

Em 1960, foi encontrado em Buenos Aires, na Argentina, utilizando um nome falso e o seqüestraram para que fosse julgado em Israel. A expectativa com que esperavam o importante integrante da "Solução Final" chamou a atenção de Hannah Arendt, a qual esperava uma pessoa que de fato expressasse tamanha frieza quanto a que expressavam seus atos.

Ao encontrá-lo, deparou-se com um homem medíocre, que diante de toda a retórica utilizada para acusá-lo, tornava-se cada vez menor. Possuía uma pequenez que se manifestava na sua pouca inteligência e na sua incapacidade de discernir se seus atos eram bons ou ruins. Como ela mesma declara

> Aquilo com que me defrontei, entretanto, era inteiramente diferente e, no entanto, inegavelmente factual. O que me deixou aturdida foi que a conspícua superficialidade do agente tornava impossível retraçar o mal incontestável de seus atos, em suas raízes ou motivos, em quaisquer níveis mais profundos. Os atos eram monstruosos, mas o agente — ao menos aquele que estava agora em julgamento — era bastante comum, banal, e não demoníaco ou monstruoso. (Arendt,1971,p.14)

Diante das acusações de crimes contra judeus e até mesmo, contra a humanidade, Eichmann afirmava que era inocente no sentido da acusação, pois ao praticar tais atos, ele estava sendo apenas obediente às ordens de Hitler, "porque as ordens de Hitler(...) possuíam 'força de lei' no Terceiro Reich"(Arendt,1963,p.35).

Hannah Arendt observou que Eichmann sempre recorria a comportamentos padronizados e expressava-se usando clichês e frases feitas. Ao falarem sobre algo com o qual ele era familiarizado, não apresentava nenhuma dificuldade para se expressar. Todavia, diante de algo novo, via-se sem saber como agir.

Diante daquela situação, a autora pôde perceber que a postura assumida pelo acusado não era algo particularmente ligado a ele, mas tratava-se de uma prática assumida pela sociedade alemã. Toda a população obedecia às ordens do Führer sem refletir se elas realmente estavam certas ou não.

Eichmann agia apenas como mais uma engrenagem de uma máquina, a qual sustentava o governo totalitário vigente (no caso, nazista) e transformava os homens em meros funcionários, desumanizando-os. Hannah Arendt chamará essa atitude de irreflexão, o que ela deixa claro ser bem diferente de burrice.

> (...)Nele não se encontrava sinal de firmes convicções ideológicas ou de motivações especificamente más, e a única característica notória que se podia perceber, tanto em seu comportamento anterior quanto durante o próprio julgamento e o sumário da culpa que o antecedeu, era algo de inteira mente negativo: não era estupidez, mas irreflexão. (Arendt,1971,p.14)

Em meio a esse cenário, duas questões chamaram a atenção da autora: as atividades de pensar e julgar. Ao ler este livro-reportagem, o leitor depara-se com o Eichmann existente dentro de cada um de nós. A falta de tempo que permeia os dias atuais, a necessidade de trabalhar visando o sustento, faz com que o homem se interesse por atividades que não sejam excessivamente cansativas e que lhe tomem o menor tempo possível. Esse apego ao imediatismo, torna o ato de refletir uma prática totalmente descabida dentro desse contexto.

"'Parar-para-pensar' é o primeiro ato de resistência a uma imposição externa, a uma exigência de obediência"(Souki, 1998, p.124). É exatamente esta idéia que Hannah Arendt (1999) irá defender: a necessidade de cada um exercitar a faculdade de pensar que possui. Para ela, pensar é uma necessidade natural da vida humana e que não limita-se como privilégio de alguns poucos, sendo uma faculdade pertencente a todos.

Como publicado no site do Grupo de Estudos da autora no Brasil em 22/10/2009, Arendt pretendia dar uma lição, não uma explicação do fenômeno da irreflexão ou uma teoria sobre ele. Apesar de sua obra ter sido escrita em 1962, ela ainda é contemporânea e funciona como um alerta para a atual sociedade movida pela rapidez e fluidez das ações e relações. Nesse sentido, o "parar-para-pensar" é imprescindível para o exercício dessa respectiva faculdade, sendo fundamental compreender o valor da consciência quanto ao que é certo ou errado, pois ela dá a capacidade de discernir as ações antes de obedecê-las ou não, limitando assim, a possibilidade de manipulação.

2. O JORNALISMO CIENTÍFICO DIANTE DO JORNALISMO POLÍTICO E ECONÔMICO

Falar sobre jornalismo científico, político ou econômico, nada mais é do que falar sobre as especializações do jornalismo. O fato de serem ramificações de um mesmo tronco não implica em dizer que apresentam conduta semelhante, o que pode ser tanto positivo quanto negativo em algumas ocasiões.

O texto de um jornalista político, por exemplo, deve apresentar o uso do contraditório, a regra do balance e o uso do *background information* (informação de fundo), visando conhecer as circunstâncias em que se deram tal notícia. Dessa maneira, o profissional busca conhecer o cenário que envolve tal fato, tendo em vista que ele não se dá de maneira isolada.

Já no jornalismo econômico, que a princípio surgiu mais voltado para os detentores do capital e que para isso utilizava o complicado "economês", é necessário isolar a situação para analisá-la. Todavia, busca-se sempre novas fontes com o objetivo de mostrar que a economia é importante para a vida de todos os cidadãos, sejam eles empresários ou não.

Infelizmente, o jornalismo científico é o que mais se distancia dos anteriormente citados. Apesar de suas práticas particulares, ele deixa muito a desejar no que tange ao balanceamento dos interesses que levaram a determinado avanço ou até mesmo do momento em que este se deu. Dessa maneira, na maioria dos casos, o resultado observado são matérias que não estimulam o receptor a pensar sobre elas.

2.1. O JORNALISMO CIENTÍFICO COMO DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

O jornalismo científico teve o seu surgimento na segunda década do século XX. A abertura para a ciência e tecnologia na época, com o aumento de descobertas e avanços tecnológicos permitiu um crescimento do interesse público pelo assunto. Com o passar dos anos, o aumento contínuo dessa demanda trouxe para o jornalismo a responsabilidade de "traduzir" o que os cientistas e estudiosos da área diziam.

Nesse contexto, o jornalismo científico passa a exercer a função de divulgação científica, por meio da qual, a população poderia ter acesso aos avanços tecnológicos de maneira inteligível. Alguns países como os Estados Unidos chegaram a demonstrar sua preocupação com a qualidade deste exercício. Segundo Martha San Juan França (2005), em 1919, o *The New York Times* revelou essa preocupação e frisou que a ausência da divulgação científica poderia ameaçar a democracia se as atividades intelectuais importantes se limitassem às minorias de um país.

Todavia, tratar somente sobre o assunto ciência como notícia não é uma tarefa fácil. Os avanços tecnológicos estão cada vez mais velozes e consequentemente, o nível técnico distancia cada vez mais a comunidade científica da população. Consequentemente, o assunto perde parte de sua atração ao ser relatado como realmente ocorre.

A grande quantidade de termos técnicos utilizados nas pesquisas e os jargões próprios da ciência dificultava a compreensão por parte da população que se via cada vez mais excluída deste processo de desenvolvimento. Dessa maneira, como há um consenso em relação à linguagem jornalística quanto à clareza, objetividade, veracidade e precisão, os jornalistas tornaram-se os responsáveis por fazer esta contextualização.

As atividades científicas no Brasil, em sua maioria, são financiadas com dinheiro público. Eduardo Guimarães (2003) chega a propor a existência de uma aliança tecnológica baseada no fato de que o Estado financia, mas consequentemente passa a ter um controle sobre o que deve ser ou não pesquisado no país.

Essas pesquisas envolvem todos os tipos de ciência, como questões relativas à política, à saúde, à economia. Sendo assim, seus resultados refletem na maioria das vezes de maneira direta sobre a população que sequer se dá conta disso. É exatamente diante dessa ocorrência que o jornalismo científico busca garantir o direito à informação – destacado na Declaração Universal dos Direitos Humanos divulgada pela ONU em 1948 –, para que todos tenham consciência do que acontece no país e saibam interferir nas decisões que dirigem-no. "O jornalismo científico pode entrar em cena como agente facilitador na construção da cidadania". (OLIVEIRA, 2002, pp.15)

Todavia, como já citado anteriormente, o jornalista científico tem que lidar com a dificuldade de tornar o assunto atrativo. Surgiram, então, algumas estratégias como destacar os aspectos sensacionalistas da ciência e dessa forma, criar a imagem do cientista como um feiticeiro moderno, segundo Fabíola de Oliveira (2002). As matérias não seriam longas e haveria destaque para "os aspectos superlativos da ciência". Além disso, o fato de um grupo de gênios que realizam descobertas dentro de um laboratório poderia não ser muito interessante, por isso, convencionou-se transformar esses cientistas em grandes nomes, uma vez que a população gosta de heróis e apega-se facilmente a eles.

Tais ideias contribuíram para que o contato dos cientistas com a imprensa aumentasse, apesar do esforço destes profissionais para se adaptarem, pois muitos não acreditavam que os repórteres eram capazes de entender o que eles diziam. Todavia, este contato era indispensável, uma vez que dependiam do investimento público e para tanto, precisavam mostrar os resultados de seus trabalhos. Dessa maneira, o jornalismo científico foi sendo aprimorado e aos poucos, artigos mais claros eram publicados sobre a divulgação científica. Essa evolução também contribuiu para torná-lo mais atrativo.

2.2.AS DIFERENCIAÇÕES DO JORNALISMO CIENTÍFICO DAS DEMAIS ESPECIALIZAÇÕES E OS RISCOS DESSAS DIFERENCIAÇÕES

No entanto, uma grande dificuldade surgiu com essa aproximação do jornalismo e da comunidade científica. O mito da neutralidade da ciência e da busca da verdade acima de tudo, faz com que essa área seja tratada de maneira diferente na

prática jornalística. Como cita Martha San Juan França, os jornalistas científicos são os únicos que submetem suas entrevistas à aprovação dos entrevistados antes de publicarem. Uma atitude como esta jamais será vista em meio ao jornalismo econômico, político ou policial, como a autora continua a dizer. Isso ocorre devido a alguns termos de difícil entendimento, ou até mesmo devido à desconfiança no profissional de comunicação quanto à sua capacidade intelectual.

Outra diferença que distingue bem o jornalismo científico das demais especializações é a relação dos jornalistas com as fontes. Enquanto jornalistas políticos devem sempre "manter distância" das autoridades com quem convivem diariamente em sua rotina profissional para evitar o risco de parcialidade em seus posicionamentos; enquanto no jornalismo econômico deve manter-se firme diante do deslumbramento das poderosas empresas que leva à violação da ética do jornalismo liberal do espaço público(KUCINSKI,1996), o jornalista científico dispõe de horas de seus entrevistados, podendo até trocar e-mails. (FRANÇA, 2005)

Jornalistas políticos e econômicos recorrem a outras fontes além das oficiais para confirmar a veracidade das apurações. Além disso, política e economia apresentam a mesma dificuldade da ciência no que diz respeito a prender a atenção das pessoas. Dessa maneira, é preciso contextualizar o que se diz, ou seja, mostrar à população como tal informação se aplicará em seu cotidiano. Sem dúvida, ao entrevistar apenas as fontes, isso não será possível. No entanto, os jornalistas científicos insistem em submeterem-se apenas aos *papers* (relatórios científicos) e ao que dizem os especializados no assunto. (FRANÇA, 2005)

Muitos, inclusive, sentem-se privilegiados por trabalharem com pessoas tão importantes e com tamanha capacidade intelectual, característica esta que os distinguem da maioria da população. Dessa forma, o jornalismo científico torna-se um meio cômodo para se trabalhar, pois como sua fonte é "detentora da verdade absoluta" não há necessidade de preocupar-se com a cobrança dos superiores ou com a necessidade de apresentar uma visão contraditória sobre o assunto, como normalmente ocorre no jornalismo político e econômico.

> Aceitam a ideologia da ciência como uma autoridade neutra, um juiz objetivo da verdade. Sentem-se confiantes por trabalhar em uma área em que aparentemente não existem conflitos e na qual não terão de prestar contas ao público e até mesmo aos seus chefes pelo que escreveram. (FRANÇA, 2005, pp.41).

Todavia, este comodismo constitui-se como o maior perigo para o jornalismo científico. O costume de não apresentar uma outra via diante do que foi publicado pelo cientista, faz com que o receptor, diante da matéria jornalística, entenda aquela como a única versão possível. Apesar de a cada dia serem publicadas notícias diferentes, todas são colocadas como verdadeiras. Sendo assim, o receptor não é estimulado a refletir sobre o tema e sobre as condições em que se deu.

Esse estímulo à reflexão do receptor não acontece porque, na maioria dos casos, os próprios jornalistas não refletem sobre o que escrevem devido às práticas já citadas anteriormente. Posicionam-se apenas como mais uma engrenagem da máquina midiática e se isentam da culpa por qualquer publicação.

> Não é aquele jornalista que transmite aquela informação, aquela explicação e que produz eventualmente aquele efeito emocional, é o conjunto da máquina com suas condições de realização e seus procedimentos de encenação da informação" (CHARAUDEAU, 2006, pp. 241).

3.CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessas condições, o jornalista científico assemelha-se muito com Eichmann, o qual também era considerado apenas uma engrenagem que sustentava o governo totalitário e, portanto, não se considerava culpado pelas mortes dos judeus, uma vez que estava apenas obedecendo a ordens. Observa-se então, em ambos, a prática da irreflexão, a qual, no caso do jornalista, é passada adiante para o receptor.

Descobre-se assim um paradoxo em meio ao jornalismo científico. Não se trata de um meio cômodo, sem conflitos e sem cobranças, como alguns pensam. Pelo contrário, trata-se de um meio onde é imprescindível a apuração dos fatos e o aprimoramento do senso crítico do profissional, pois é necessário não apenas publicar os resultados pesquisados, mas as condições em que se deram e com quais objetivos se deram. Ou seja, é importante refletir sobre o assunto e se necessário, questioná-lo, colocando em xeque a soberania da ciência.

No entanto, o "parar-para-pensar" não é uma prática simples e por isso muitos preferem simplesmente obedecer. Se pensarmos em Eichmann e consequentemente, em toda a população alemã no Terceiro Reich, "parar-para-pensar" significaria repensar as ordens recebidas refletindo sobre até que ponto submeter-se a lei – na época, o próprio Führer – seria o certo. Significaria abandonar o costume de falar apenas frases feitas e clichês, repetindo o que se ouvia a todo tempo, e começar a elaborar seus próprios argumentos e posicionamentos diante dos acontecimentos.

No caso dos jornalistas científicos, significaria suspeitar da neutralidade da ciência, lembrando-se da aliança tecnológica, já citada por Eduardo Guimarães(2001), a qual está submetida aos interesses daqueles que nela investem. Significaria também, deixar de ouvir apenas às fontes oficiais, ou seja, os próprios cientistas, e passar a ouvir mais sobre como a população recebe todas essas informações e sobre como é possível aplicá-las em sua rotina.

Portanto, assim como Eichmann, o jornalista científico deveria parar de repetir o que lhe dizem a todo tempo e pensar mais sobre o que escreve, lembrando-se do seu compromisso maior com o receptor e a veracidade dos fatos a serem transmitidos. Lembrando-se que o seu papel como divulgador científico é aproximar o cidadão da comunidade científica para que vivam, de fato, uma democracia, na qual todos desfrutem das mesmas informações e consequentemente dos mesmo direitos. E não submeter a população, aos interesses daqueles que financiam as pesquisas ao publicar apenas os dados autorizados por estes.

O jornalista científico precisa entender que deve possuir uma responsabilidade diferenciada, pois a sua informação refletirá de maneira direta na vida das pessoas. Assim sendo, refletir e julgar o tema antes de reproduzi-lo deve ser uma prática constante na rotina deste profissional. Além disso, este compromisso com a criticidade acerca da prática jornalista deve ter peso maior do que a obediência às instituições, uma vez que tange diretamente nos valores da profissão.

O jornalista e o divulgador de ciência devem ter visão global do desenvolvimento que inclua os aspectos sociais, econômicos e políticos da ciência e da tecnologia (OLIVEIRA,2002), pois dificilmente um cientista se preocupará com as condições em que se desenvolveu sua pesquisa ou os contextos culturais sob os quais se desenvolveu e quais seriam suas conseqüências, limitando-se assim, à sua área específica.

É necessário compreender que, de fato, existe uma máquina de informar, a qual é complexa por estar repleta de fatores organizacionais. Todavia, trata-se de uma máquina humana e como já dizia Hannah Arendt(1999), a faculdade de pensar é humana e portanto, não deve ser privilégio de alguns poucos. Não se trata de uma máquina passiva. Cabe ao jornalista científico assumir sua responsabilidade nesse processo de divulgação de informações e ter consciência de que muito melhor que obedecer à "verdade absoluta da ciência" é refletir e estabelecer juízos sobre o que se

escreve. Apenas dessa maneira o contato com a ciência pode vir a ser verdadeiramente um símbolo da democracia para a população.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém.* Um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *A Vida do Espírito.* V.1 – Pensar. Portugal. Coleção Pensamento e Filosofia. Instituto Piaget,1999.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHIAPPINI, Lígia. *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político,divulgação científica.* 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FRANÇA, Martha San Juan. Divulgação ou Jornalismo? Duas formas diferentes de abordar o mesmo assunto. In: VILAS BOAS, Sergio (Org.). *Formação e Informação Científica; jornalismo para iniciados e leigos.* São Paulo: Summus, 2005.

GUIMARÃES, E. Política científica e produção de conhecimento no Brasil. In: (Org.) *Produção e circulação do conhecimento: estado, mídia e sociedade.* Campinas: Pontes, 2001.pp. 193-200

JACOBINI, Maria Lucia de Paiva. Economia como ciência: jornalismo econômico como jornalismo científico. In: *Comunicart*e. n.36, v. 27, 2008. pp. 45-62.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo Econômico.* São Paulo: Edusp, 1996.

MARTINS, Franklin. *Jornalismo Político*. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVEIRA, Fabíola. *Jornalismo Científico*. São Paulo: Contexto, 2002.

SOUKI, Nádia. *Hannah Arendt e a banalidade do mal.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

Site do Grupo de Estudo Hannah Arendt no Brasil: *http://hannaharendt.wordpress.com/2009/10/22/epilogo-eichmann-em-jerusalem-um-relato-sobre-a-banalidade-do-mal-arendt/ Acesso em 05/06/2010.*

TUFFANI, Maurício. Ciência e interesses: as regras do jogo acima do método e da razão. In: VILAS BOAS, Sergio (Org.). *Formação e Informação Científica; jornalismo para iniciados e leigos.* São Paulo: Summus, 2005.